

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUCIONAL POLICIES AND STRATEGIES FOR INTERNATIONALIZING EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION INSTITUTIONS

 *Fernanda Ferreira Boschini*¹

 *Sueli Soares dos Santos Batista*²

 *Tania Barbosa Martins*³

¹ Mestra em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional pelo Centro Paula Souza. Servidora técnico-administrativa da educação no Instituto Federal de São Paulo, Campus São Paulo.

E-mail: fernanda.ferreira.boschini@gmail.com

² Pós-Doutorado no Departamento de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. Docente e pesquisadora do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

E-mail: suelissbatista@uol.com.br

³ Doutorado em Educação na Universidade Federal de São Carlos. Atuou como professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba.

E-mail: taniabmartins@yahoo.com.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 15/03/2021.

Aceito em: 28/04/2021.

Como citar este artigo:

BOSCHINI, Fernanda Ferreira; BATISTA, Sueli Soares dos Santos; MARTINS, Tania Barbosa. Políticas e estratégias institucionais de internacionalização da educação em instituições de educação profissional e tecnológica.

Informação em Pauta, Fortaleza, v. 6, n. especial, p. 176-193, maio 2021. DOI:

<https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6iespecial.2021.67923.176-193>.

RESUMO

O artigo trata das políticas e estratégias de internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), considerando as propostas internacionais e governamentais e as estratégias institucionais de internacionalização da educação de cada uma das instituições pesquisadas. A intenção é compreender como as instituições de EPT analisadas incorporam estas diretrizes e políticas no âmbito de suas instituições e a maneira como instauram significados institucionais e políticos ao processo de internacionalização da educação, tendo em vista as condições iniciais de sua efetivação. Foi

realizada pesquisa bibliográfica a partir de diferentes análises, assim como entende Saravia(2006), ao analisar com profundidade o processo das políticas públicas. A partir desta e de outras leituras, buscou-se estudar a internacionalização da EPT a partir de diferentes contextos institucionais ao compreender as condições das instituições e o papel de cada ator social no processo. Conclui-se que apesar das ações de internacionalização da EPT no Brasil serem recentes, há um movimento nas três instituições pesquisadas para desenvolver órgãos administrativos e instrumentos de normatização da internacionalização da EPT.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Internacionalização da Educação Profissional. Políticas e estratégias institucionais.

ABSTRACT

The article deals with the internationalization policies and strategies of Professional and Technological Education (EPT) at the Paula Souza State Center for Technological Education (CEETEPS), the Federal Institute of Education, Science and Technology of Southern Minas

Gerais (IFSULDEMINAS) and the Federal Institute of São Paulo. (IFSP), considering the international and governmental proposals for EPT and the institutionalization strategies of each of the researched institutions. The intention is to understand how EPT institutions incorporate the guidelines and orientations of the internationalization policies of professional education within their institutions and the way they establish institutional and political meanings in the process of internationalization of education in view of the initial conditions of education. Bibliographic research was carried out from different analyzes, as Saravia(2006) understands, when analyzing in depth the public policy process. From this and other readings, we sought to study the internalization of EPT from different institutional contexts by understanding the conditions of the institutions and the role of each social actor in the process. It is concluded that although the actions of internationalization of EPT Brazil are recent, there is a movement in the three researched institutions to develop administrative bodies and instruments for standardizing the internationalization of EPT.

Keywords: Professional and technological education. Internationalization of professional education. Institutional policies and strategies.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta dados iniciais da investigação intitulada “Políticas de Formação Técnica e Tecnológica no Contexto da Internacionalização da Educação”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e que foi desenvolvida no período 2018-2020. Especificamente, nesse texto, o objetivo é compreender como as instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), incorporam as diretrizes e orientações das políticas de internacionalização da educação profissional no âmbito de suas instituições (destacando as ações) e a maneira como instauram significados institucionais e políticos ao processo de internacionalização da educação.

Este estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica sobre políticas públicas de internacionalização da educação, especificamente no que se refere à EPT, assim como pesquisa documental cuja seleção e análise se deu a partir de um conhecimento prévio empírico das especificidades das seguintes instituições de EPT: o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Estas instituições foram escolhidas como lócus da pesquisa em função de terem desenvolvido iniciativas promissoras de internacionalização da educação da EPT e implementado suas assessorias de relações internacionais como setor estratégico de suas ações institucionais. Estas iniciativas e ações são descritas individualmente no texto e demonstram especificidades de acordo com cada instituição.

Pode-se dizer que as instituições pesquisadas desempenham papel decisivo na efetivação e implementação das políticas públicas, delas emanando as principais tomadas de decisões. O estudo com as instituições possibilita compreender as nuances de tais políticas públicas. “As instituições impregnam as ações com seu estilo específico de atuação” que se constitui a partir da “sua estrutura, seus quadros e sua cultura organizacional” (SARAVIA, 2006, p. 37). Nessa perspectiva, não se pretende apenas comparar as orientações legais e institucionais com as práticas possíveis, mas compreender como o desenho dos programas e das políticas se estabelecem no cotidiano das instituições, constituindo-se não só etapas antinômicas como teoria e prática, projeto e realidade, mas como diferentes momentos do caráter errático da ação pública e a dinamicidade do contexto institucional em que a ação pública se consolida (ARRETCHE, 1998). A política pública deve ser compreendida no âmbito em que vários atores e níveis de decisão se articulam em meio à materialidade possibilitada pelos diferentes pública, se considera os processos, os atores e a (re)construção das regras (SOUZA, 2007).

As análises das políticas de internacionalização da EPT realizadas a partir de diferentes contextos institucionais, visam responder em que medida as políticas públicas educacionais efetivamente consideram as condições das instituições e os interesses e possibilidades dos sujeitos. Como ressalta Saravia (2006) “o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta [...] e [...] não é uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado” (SARAVIA, 2006, p. 29).

Cabe destacar que não se pretende nos limites desse artigo avaliar o fracasso ou sucesso das políticas e programas de internacionalização da EPT, mas tentar compreender melhor como diferentes instituições incorporam ou não as propostas de políticas públicas governamentais, tendo em vista as condições iniciais de sua efetivação e as consequências possíveis da descontinuidade destas propostas, considerando que as instituições desempenham papel decisivo na efetivação das políticas públicas.

Assim sendo, o início da trajetória implica considerar algum tipo de desenho da concreticidade das políticas de internacionalização, com objetivo de compreender nas trajetórias institucionais a gênese da investida na política de internacionalização, bem como os paradigmas e os princípios de formação e educação da modalidade profissional. Simultaneamente, implica estudar decisões e “decisores” da política federal e estadual e identificar influências externas e internas. Tendo isso em vista, a intenção inicial é compreender como as instituições de educação profissional e tecnológica incorporam as diretrizes e orientações das políticas de internacionalização da educação profissional no âmbito de suas instituições.

2 AS CONCEPÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA REDE FEDERAL E O DOCUMENTO DE REFERÊNCIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO SETEC/MEC

EPT é a nomenclatura utilizada para se referir a esta nova modalidade de ensino de Educação Profissional. Nesta proposta, também ganharam destaque as diretrizes para a educação profissional, tanto do governo e órgãos do Estado como Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), quanto de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em uma série de publicações editadas em conjunto ou não com a parceria governamental e o patrocínio de seminários e congressos sobre o papel do ensino profissional, as mudanças de paradigmas da educação contemporânea, a importância da modernização do ensino médio e da educação profissional no contexto do mundo globalizado e tecnológico.

A Unesco, desde 1987, atua de modo sistemático para promover a educação profissional (*Technical and Vocational Education – TVE*), quando organizou o primeiro Congresso Internacional em Educação Profissional, na cidade de Berlim, na Alemanha. Nesse congresso, foi sugerido o encaminhamento de um plano de ação internacional

desenhado para desenvolver a educação profissional e promover a cooperação internacional, estabelecendo à Unesco o suporte para a criação de um centro internacional de pesquisa e desenvolvimento sobre a Educação Profissional (UNESCO, 1999). Em 1999, no limiar do século XXI, a Unesco organizou e realizou o segundo Congresso Internacional em Educação Profissional, sediado na cidade de Seul, Coreia do Sul, entre os dias 26 a 30 de abril, tendo como tema aglutinador dos debates *Lifelong Learning and Training: a Bridge to the Future* (UNESCO, 1999).

O congresso serviu como fórum internacional aos países membros, fornecendo a possibilidade de examinar como a educação profissional poderia se adaptar aos novos cenários econômicos, tecnológicos e de organização da produção e do trabalho na virada para o século XXI. Esse congresso atraiu mais de 700 participantes, oriundos de 130 países e que, apesar de ser dirigido a especialistas e técnicos da educação profissional, contou com a presença e participação de 39 ministros e vice-ministros. O documento ainda menciona que foram formuladas recomendações sob o título *Technical and Vocational Education and Training: a Vision for the Twenty-first Century* e foi feita uma requisição ao Diretor Geral da entidade para empregar nova estratégia global da Unesco para a educação profissional.

O Congresso de Seul estabeleceu uma nova visão sobre o papel da educação profissional nas políticas gerais de educação, conferindo uma posição central naquilo que a Unesco nomeou de “mundo do amanhã” (*the world of tomorrow*), cuja função seria a formação das pessoas para o emprego e para uma vida plena. O trabalho seria fundado em conhecimento e orientado pela tecnologia, como se prevê uma contínua expansão do setor de serviços (na geração do produto/riqueza nacional), emergindo na agenda a necessidade de abordagens formativas orientadas ao autoemprego (*self-employment*) e empreendedorismo. No Brasil, muitos autores se posicionaram criticamente em suas pesquisas em relação a estes conceitos apresentados como o “futuro” da EPT. Conceitos como estes foram apresentados, nos anos 2000 em Diretrizes para a EPT, o que para autores como Frigotto (2012), são considerados como um retrocesso, pois expressam “a visão unidimensional do pensamento mercantil/empresarial” (p.202).

A abordagem teórica de Moreira (2009) nos estudos sobre o processo de internacionalização do currículo, permite compreender que a estratégia da Unesco para a educação profissional possibilita o emprego das categorias “hibridização cultural” e “cosmopolitismo”. O processo de hibridização cultural permite a elementos de distintas origens e posições hierárquicas de outros países se desterritorializar e se reterritorializar

localmente. Essa reterritorialização não é tarefa simples e necessita ser problematizada politicamente, dadas as características locais e os interesses geopolíticos em jogo. Obviamente, há relações de poder em disputa quando distintas culturas entram em contato, especialmente se há no horizonte o objetivo de estabelecer padrões de currículo, conteúdo, saberes e práticas profissionais, assim como habilidades e competências reconhecidas internacionalmente. Já o “cosmopolitismo”, compreende o processo de trocas culturais, permitindo ao indivíduo recolher de cada cultura o que acredita ser mais interessante (p. 375-376).

É o que se observa como um todo no contexto latino-americano. Embora exista a defesa destes elementos em função da patente diversidade, o que se percebe é uma homogeneização das políticas educacionais concebidas a partir de um núcleo comum de diagnósticos da situação do continente. Nesse sentido, a internacionalização da educação, incluindo evidentemente a EPT, passa pelas orientações dos organismos internacionais que, comumente, minimizam as potencialidades das características próprias dos diversos países da região. No Brasil, segundo Pacheco (2015), o ciclo neoliberal submetido à estes organismos internacionais trouxe às instituições de EPT brasileiras um processo de sucateamento e desmantelamento nos anos de 1990, com uma precariedade de recursos que quase inviabilizaram seu funcionamento.

Especificamente, no caso brasileiro, a internacionalização da EPT é recente com destaque para iniciativas governamentais de internacionalização, especificamente, o artigo 15, inciso XVII, do Decreto Ministerial nº 9.005/2017, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Educação, especificando a função da SETEC/MEC em “estabelecer políticas e programas voltados à internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2017). A SETEC instituiu um Grupo de Trabalho que realizou um diagnóstico acerca da internacionalização da EPT na RFEPCT e criou um documento de referência para a internacionalização da EPT para o biênio 2018-2019.

O documento intitulado “Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Política de Internacionalização” apresenta o diagnóstico da internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica na RFEPCT considerando vários aspectos: mobilidade; acordos internacionais; projetos com cooperação internacional; idiomas; investimento/financiamento; estruturas de escritórios; comunicação/divulgação dos dados; indicadores internacionais; participação em eventos e missões internacionais; e, normativas

e regulamentos relacionados à internacionalização da educação. As 41 instituições da RFEPCCT vinculadas ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) participaram da investigação.

O diagnóstico apresentado mostra que há um movimento em todas as instituições da RFEPCCT para ampliar seu campo de ação acerca da internacionalização da educação. Das instituições da RFEPCCT, 34% articulam o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com a internacionalização da educação; 66% possuem regulamentos para ações de internacionalização aprovadas em Conselho Superior; 78% receberam professores estrangeiros em suas instituições; em 61% existem centros de línguas e escritórios de internacionalização; 66% destinam recursos para a internacionalização, com destaque para o CEFET-MG e CEFET-RJ, que possuem histórico de práticas de internacionalização da educação decorrente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*. Havia até então 504 acordos assinados com diferentes países como Portugal, Canadá, França, EUA, Argentina, Alemanha, Espanha, dentre outros. O diagnóstico mostra um aumento de novas práticas acadêmicas dentro das instituições profissionais, apesar da diversidade de ações de internacionalização nas instituições de educação profissional da rede pública, as estratégias institucionais para a consecução da internacionalização encontram-se em construção. Constatou-se que não há um conceito único e consensual de internacionalização claramente definido e nem uma plataforma governamental de gestão unificada que ofereça acesso aos dados da internacionalização da educação.

Em relação à definição de internacionalização do ensino profissional e tecnológico, o documento apresenta a internacionalização dessa modalidade de ensino como um conjunto de ações com vistas à prospecção e desenvolvimento de parcerias alinhadas ao ensino, pesquisa, extensão e ao arranjo produtivo local para oferta de educação de qualidade, formando uma comunidade acadêmica consciente da cidadania global, capaz de compreender, articular e contribuir com os contextos local, regional e global (BRASIL, 2018, p. 52).

Entende-se que a prioridade é estabelecer diretrizes e projetos de ações de internacionalização da educação com a criação de uma base de dados integrada para gerenciar a internacionalização da educação nas instituições; institucionalizar uma política de internacionalização da educação na RFEPCCT: apresenta metas, propõe interação nas fronteiras; estimula políticas de idiomas; estabelece questões relacionadas à ecossistemas e ao financiamento e políticas de cooperação. Entre as prioridades estão o desenvolvimento

de pesquisa aplicada, inovação tecnológica, desenvolvimento de lideranças; o ensino de novas metodologias, a elaboração de uma pedagogia para o século XXI, e o princípio da aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 2018).

No diagnóstico apresenta-se a preocupação da internacionalização da EPT não ser institucionalizada no âmbito da RFEPCT, sendo necessário a tomada de decisão nacional a fim de assegurar as condições de desenvolvimento da internacionalização nas instituições profissionais. As iniciativas devem ser encaminhadas para construção de uma estrutura sólida de assessorias de relações internacionais com equipe de apoio, com assessores capacitados, oferta de línguas estrangeiras nas instituições, acesso aos editais externos, reestruturação curricular, criação de política de convalidação de diplomas, desenvolvimento de investigações em parcerias com pesquisadores estrangeiros, dentre outras providências.

No *Documento de Referência de Internacionalização SETEC/MEC* (s/d) se estabelece um plano de metas para 2018/2019 e, como missão destaca a promoção da Internacionalização da Educação na RFEPCT, como visão até dezembro de 2019 se tornar referência mundial em ações de internacionalização da educação profissional.

3 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Entre 2004 e 2008 é instituída uma série de legislações com objetivo de estabelecer uma nova perspectiva de formação técnica e tecnológica. O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) que se caracteriza por ser uma instituição de educação básica, profissional e tecnológica, multicampi e pluricurricular, especializada na oferta de EPT em diferentes níveis e modalidades e que conjugam conhecimento técnicos, tecnológicos e pedagógicos. São instituições de natureza diferenciada das universidades acadêmicas e do modelo tradicional de ensino profissional.

A RFEPCT, além dos 38 Institutos Federais, conta também com 2 Centros Federais de Educação Tecnológica, com 23 Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais, a Universidade Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A dimensão que a Rede Federal adquiriu nos últimos anos tornam a modalidade de ensino profissional uma política consolidada de Estado. Conforme o Censo do Ensino Superior em 2017 havia,

ao todo, 63 universidades federais e 42 escolas técnicas federais em 651 unidade no Brasil, com um total de 120 mil docentes e 144 mil servidores técnico-administrativos, 96 mil docentes na universidade e 24 mil docentes nas escolas técnicas federais (BRASIL, 2018). Uma das especificidades das escolas técnicas federais é a sua expansão interiorana, democratizando o acesso a pessoas e regiões pouco desenvolvidas ou atendidas pelo ensino público federal técnico e superior.

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades). (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 28 de julho de 2019).

Nesse período, desenvolve-se programas e políticas de formação profissional, entre os quais, o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 que institui o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, em que altera dispositivos da atual LDB para estabelecer diretrizes e bases da educação nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da EPT. Em termos gerais, pela primeira vez, é incluído literalmente no texto da LDB um capítulo próprio destinado à Educação Profissional, além de uma seção própria destinada a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inserida no capítulo da educação básica, registrando a importância que a modalidade adquire na educação nacional e na contemporaneidade (DIAS, 2015).

3.1 O IFSULDEMINAS

Especificamente, o IFSULDEMINAS nasceu a partir da unificação das escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de Ensino Médio e técnico. Atualmente o IFSULDEMINAS possui *campi* em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e campi avançados em Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região do sul do Estado de Minas Gerais. O Instituto oferta cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes (pós-médio), especialização técnica, Proeja, graduação, pós-graduação e cursos na modalidade de Educação a

Distância (EaD). Na referida instituição, a Assessoria Internacional, está ligada à Pró-Reitora de Extensão do IFSULDEMINAS. Trata-se de uma diretoria que cuida do planejamento, coordenação e execução das ações de internacionalização e do relacionamento internacional e possui como objetivo estimular e operacionalizar trocas de experiências entre as várias instâncias de trabalho deste IF e instituições nacionais e internacionais, tais como intercâmbio de alunos e servidores (docentes/pesquisadores; técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase à atividades relacionadas com a cooperação nacional e internacional. Cabe salientar ainda que os eixos de atuação da Pró-Reitoria de Extensão contemplam também as relações internacionais. Assim sendo, os seis eixos de atuação são: eixo 1. Programas; eixo 2. Capacitação; eixo 3. Estágio, emprego, egresso; eixo 4. Projetos; eixo 5. Relações Internacionais e; eixo 6. Eventos.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI para o período de 2019-2023, o IFSULDEMINAS possui acordos com universidades e instituições de vários países, abrangendo Argentina, Bolívia, Canadá, Colômbia, Congo, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Itália, México, Paraguai, Peru, Portugal, Rússia, Turquia e Uruguai que atendem ao Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA). Entre 2017 e 2018 investiu-se em mobilidade estudantil cerca de 600 mil reais e desde 2011, os campi Inconfidentes, Machado, Muzambinho, unidades onde existem alojamentos e refeitórios, já receberam quase 50 intercambistas de 12 nações da Europa, África e Américas. As principais atribuições das relações internacionais constam:

- Estabelecer vínculos de cooperação entre o IFSULDEMINAS e instituições nacionais e internacionais;
- Planejar, coordenar e executar as ações que promovam o relacionamento internacional;
- Produzir e encaminhar propostas dos vários setores de trabalho do IFSULDEMINAS para organismos de fomento internacional;
- Acompanhar o desenvolvimento de propostas de órgãos de fomento;
- Em articulação com os diversos setores operacionais do IFSULDEMINAS, buscar a captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas múltiplas áreas do conhecimento em entidades financiadoras públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- Promover intercâmbio com instituições similares ao IFSULDEMINAS, instituições universitárias e outros organismos nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
- Estabelecer vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFSULDEMINAS;

- Divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais.

Em relação à institucionalização das ações, verificou-se que não há uma portaria específica para criação da assessoria de relações internacionais. Segundo dados da Assessoria Internacional do, desde 2013 cerca de 200 estudantes de graduação do IFSULDEMINAS foram contemplados em editais de mobilidade para realizarem intercâmbio acadêmico no exterior. Em 2019, a Assessoria Internacional do IFSULDEMINAS declarou convênios com mais de 70 instituições de ensino internacionais, as quais recebem estudantes do IFSULDEMINAS e enviam seus alunos para estudar em um dos campi do Instituto.

3.2 O IFSP

No que se refere ao IFSP, percebe-se que as ações relacionadas à internacionalização da educação começaram a ser pensadas a partir da implementação dos programas Ciências sem Fronteiras e Idiomas sem Fronteiras, que a partir de 2012 trabalharam com a mobilidade acadêmica para a graduação e pós-graduação dentro das Universidades e Institutos Federais com diversas instituições internacionais. Ainda que não houvesse uma estrutura institucional local que norteasse ações estratégicas relacionadas a estes programas, entende-se a participação nos mesmos como um marco importante para o início do entendimento da demanda pela internacionalização da educação na instituição. O programa Ciência sem Fronteiras foi extinto em 2017 pelo governo federal para os cursos de graduação e continuou em uma escala infinitamente menor para os cursos de pós-graduação.

Entre 2016 e 2017, o IFSP oficializou sua Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER). A assessoria, com ações desde 2015, busca fortalecer a interação entre o IFSP e as instituições de ensino, pesquisa e extensão no exterior. Entre as suas competências estão a articulação de acordos de cooperação com instituições internacionais incentivando pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional e a troca de experiência com as instituições conveniadas. Essa assessoria é caracterizada pela Portaria nº 1.151, de 07 de abril de 2016, como um escritório internacional de acordos e convênios de cooperação internacional (IFSP, 2017).

A ARINTER, órgão responsável pelos assuntos relacionados à internacionalização da educação no IFSP está vinculada à Reitoria, inclusive, cada um dos 37 campi possui um representante. Instituída pela Portaria nº 1.151 de 07 de abril de 2016, que criou as políticas de internacionalização do IFSP. Os objetivos da assessoria do IFSP são:

- propor e/ou articular contatos, intermediando o estabelecimento de Acordos de Cooperação e Convênios com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional, por meio de troca de experiência com instituições conveniadas;
- articular ações como: mobilidade acadêmica inbound e outbound, cooperação técnica, ensino, pesquisa, extensão, estágio, capacitação de servidores e outras ações que promovam a internacionalização do IFSP, em parceria com as Pró-reitorias quando for o caso;
- Gerenciar as atividades de Cooperação Internacional incentivando o ensino, a pesquisa, a extensão e a internacionalização e;
- Criar e coordenar os Centros de Línguas do IFSP como estratégia de internacionalização, propondo e gerenciando ações que promovam a aprendizagem de línguas estrangeiras (inglês, espanhol, francês, dentre outras) e português para estrangeiros, bem como outras ações afins à internacionalização.

A partir dessa portaria, pode-se compreender a concepção do IFSP quanto a acordos de cooperação, convênios internacionais, atividades de cooperação e ações dos Centros de Línguas. O IFSP apresenta uma tipologia a partir da qual as estratégias institucionais podem ser elencadas, promovidas e avaliadas.

3.3 O CEETEPS

No caso dos governos estaduais, cabe considerar que também houve um movimento de expansão de sua rede de EPT. Dados oficiais referentes ao segundo semestre letivo do ano de 2016 indicam um total de mais de 200 mil alunos matriculados nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo (ETEC's), inclusas suas extensões (polos localizados em escolas estaduais) e convênios com outras instituições. A estrutura da educação profissional pública estadual de São Paulo, está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), com Escolas Técnicas (ETEC) e Faculdades de Tecnologia (FATEC) administradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS). O CEETEPS está presente em aproximadamente 300 municípios paulistas, administrando 223 ETEC's e 71 Faculdades de Tecnologia (FATEC's) estaduais, ultrapassando o número de 292 mil

alunos em cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores Tecnológicos (CEETEPS, 2018). As ETEC's oferecem nos ensinos técnico, médio e técnico integrado ao médio, 139 cursos técnicos na área industrial, agropecuária e serviços, nas modalidades presencial, semipresencial e à distância. Possui também cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de qualificação profissional. As FATEC têm mais de 80 mil alunos matriculados em 73 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, são oferecidos cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão.

O CEETEPS é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à SDECTI. A instituição foi idealizada em 1963 e começou suas atividades em 1969, criada pelo governador Abreu Sodré, sendo resultado de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois e três anos. No decorrer das décadas, a instituição paulista acabou englobando também a Educação Profissional do estado em nível médio, absorvendo unidades já existentes e construindo novas ETEC e FATEC para expandir o ensino profissional a todas as regiões do Estado. Importa ressaltar que as ações de cooperação internacional do CEETEPS remontam ao início dos anos 1990, que mesmo de forma incipiente, promoviam essa troca de experiência e conhecimentos.

A EPT também se consolida no âmbito da pós-graduação do CEETEPS com o surgimento e expansão da oferta de mestrados profissionais nas mais diversas áreas. Os mestrados profissionais trazem para a pós-graduação desafios relativos à natureza e objetivos da pesquisa com um viés mais “prático” e “aplicado”, relativo a uma concepção educacional e cultural mais propriamente profissionalizante. O mestrado profissional confronta convicções sedimentadas dos pesquisadores e dos programas acadêmicos de pós-graduação sobre concepções em torno das dicotomias entre formação propedêutica e formação profissional, entre teoria e prática, entre pesquisa e prática docente.

No histórico das ações internacionais do CEETEPS encontram-se registros relacionados à ações de internacionalização da educação a partir de 1991, principalmente ações com as Faculdades de Tecnologia. Naquele momento da instituição, eram concebidos documentos de cooperação para cada atividade a ser desenvolvida. No período de 1991 a 2005, tem-se o registro de 10 acordos de cooperação estabelecidos, porém os registros são muito frágeis e não se consegue

afirmar se todos tiveram ações efetivamente executadas (SANTOS, 2012, p. 56).

Ainda segundo Santos (2012), o CEETEPS, em 2008, instituiu o projeto Gestão de Parcerias para a Educação Profissional com instituições internacionais, com o objetivo de sedimentar e ampliar as ações com instituições públicas, privadas e não governamentais do Brasil e no Exterior parceiras do Centro Paula Souza. Outro marco relevante foi a implementação do programa de Intercâmbio Cultural, que teve início em 2011, e que segundo a instituição, contemplou mais de 2.900 pessoas, entre alunos e professores, desde seu início até o final do ano de 2014, quando foi encerrado. A Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) é o setor relativamente novo no CEETEPS, tendo sido criada em 2016. Contudo, antes de sua criação, acordos e ações relativas à internacionalização da educação profissional já eram realizados, por meio do referido projeto Gestão de Parcerias Internacionais para a Educação Profissional, desenvolvido sob a orientação do Professor Almério Melquíades de Araújo, Coordenador do Ensino Médio e Técnico. De acordo com SANTOS (2012), as primeiras ações de internacionalização do CEETEPS, de que se encontram registros, datam de 1991, com Portugal.

Os convênios e parcerias com outras instituições educacionais do mundo, são realizados pelo CEETEPS de acordo com a finalidade da instituição: execução de atividades ligadas ao ensino e à pesquisa em Educação Profissional. Tais acordos tratam, por exemplo, da organização e docência dos cursos técnicos e tecnológicos ofertados; da formação e capacitação de profissionais, intercâmbio com universidades e instituições científicas; promoção de congressos, simpósios e seminários entre outros. No site da ARINTER é possível encontrar a relação das diversas ações realizadas com outros países. São concursos internacionais, intercâmbios de alunos e docentes, ministração de cursos e palestras por professores estrangeiros e a relação de acordos de cooperação internacionais firmados pelo CEETEPS e instituições de ensino de diversos países.

Nota-se que há predominância de parcerias com instituições situadas na América Latina, em especial com a Argentina, e acordos com institutos politécnicos em Portugal, que ofertam cursos em nível tecnológico, objetivando a inserção rápida de seus alunos egressos no mercado de trabalho. Além das capacitações citadas, a ARINTER promove programas de mobilidade discente e docente, que consistem na oferta de bolsas de estudo para cursos de inglês em instituições estrangeiras e para cursar semestres acadêmicos em universidades parceiras. Esses programas, principalmente os de mobilidade estudantil, têm sido o ponto forte do que se tem conseguido realizar no CEETEPS quanto

às suas tentativas de internacionalização, como se pode verificar nos editais divulgados no site da ARINTER (2018).

Os números que abrangem essas práticas cresceram significativamente nos últimos dois anos. No ano de 2016 foram ofertadas 19 bolsas e vagas a alunos do CEETEPS, e no ano seguinte, chegou a 60 bolsas, tendo sido beneficiados, também, 13 docentes, totalizando 73 contemplados com programas dessa natureza. Já em 2018, até novembro, 107 discentes e 16 docentes foram atendidos por projetos internacionais.

Para o estabelecimento de acordos e parcerias com outras instituições do mundo, adota um fluxo padronizado, que contempla três etapas articuladas que vão das propostas de convênios iniciadas a partir de contato com potenciais parceiros até a formalização das parcerias. Cabe ressaltar que, uma vez feito todo esse procedimento, o processo é encaminhado à Área de Gestão de Parcerias e Convênios (AGPC) do CEETEPS, que avalia a documentação, confirmando se estão de acordo com aquilo solicitado, para em seguida preparar ofício de encaminhamento e acompanhamento do processo junto à Superintendência da instituição.

Em outubro de 2018 o CEETEPS instituiu sua Política Linguística Institucional. Pretende, entre outras iniciativas, “oferecer disciplinas em língua estrangeira nos cursos de graduação tecnológica, extensão e pós-graduação” e organizar atividades de intercâmbio técnico, científico e cultural entre membros dos corpos docente, discente e administrativo da instituição e indivíduos vinculados às Instituição de Ensino Superior – IES estrangeiras”. A iniciativa de oferecer disciplinas em língua estrangeira (primeiramente inglesa e secundariamente, a espanhol) corresponde ao esforço feito por muitos países para atrair estudantes internacionais e estabelecer parcerias bilaterais com instituições estrangeiras. No entanto, se a instituição não envidar esforços também para figurar entre as instituições mundialmente reconhecidas, o oferecimento de disciplinas em outras línguas resultará em investimento com pouco retorno, por isso, há a necessidade do estabelecimento de outras políticas complementares. O fato de contar com uma ARINTER potencializou a continuidade e a avaliação das estratégias institucionais quanto à mobilidade estudantil.

3.4 EXPERIÊNCIAS EM INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EPT

As três instituições pesquisadas possuem similaridades e especificidades em relação às suas ações institucionais relacionadas à internacionalização da educação, conforme apresentadas no quadro abaixo. (Quadro 1).

Quadro 1 - Internacionalização das instituições de Educação Profissional e Tecnológica

AÇÕES	IFSULDEMINAS	IFSP	CEETEPS
Assessoria de Relações Internacionais	Criada em 2012 e ligada a Pró - Reitoria de Extensão.	Instituída em 2016 como órgão vinculado à Reitoria, em caráter permanente	Criada em 2016 e alocada junto ao gabinete da Superintendência.
Instituições Parceiras	Convênios e Acordos com instituições públicas ou privadas de Educação Profissional Técnica, Tecnológica e Universidades.	Convênios e Acordos com instituições públicas ou privadas de Educação Profissional Técnica, Tecnológica e Universidades	Convênios e Acordos com instituições públicas ou privadas de Educação Profissional Técnica, Tecnológica e Universidades
Mobilidade Discente	Programas de Mobilidade acadêmica in & out.	Programas lançados via editais específicos, como por exemplo: Ciências sem Fronteiras e Idiomas sem Fronteiras (finalizados- até 2018)	Experiências são centradas na questão da mobilidade acadêmica, Deliberação CEETEPS nº 37 de 10/08/2017 I
Enfoque Docente	Destaque para uma parceria que envolve a especialização para professores de Moçambique sendo oferecida pelo IFSULDEMINAS	Recepção de professores visitantes e Cursos de Imersão em língua inglesa para docentes no Canadá- Toronto e Montreal (2019/2020)	Programas de capacitação docente com mobilidade previstos.
Enfoque Técnicos-administrativos	Elegíveis para mobilidade, se houver.	Elegíveis para mobilidade. Exemplo: Cursos de Imersão em língua inglesa para servidores técnico- no Canadá- Toronto e Montreal (2019/2020)	Não elegíveis para mobilidade.
Políticas Linguísticas	Desde 2013, há o centro de línguas, que é conhecido como Celin. Desde 2018, o IFSULDEMINAS, por oferece em cada campus inglês, espanhol em alguns casos o francês.	Criação e implementação dos Centros de Línguas (Celin) nos campi. Portaria nº 4722, de 20 de dezembro de 2019.	Há a política linguística de institucional, desenvolvida a partir de 2018.

Fonte: Projeto com financiamento Fapesp: “Políticas de Formação Técnica e Tecnológica no Contexto da Internacionalização da Educação” (2018/2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou da proposta de investigação acerca das políticas de formação técnica e tecnológica no contexto da internacionalização da educação, com breves considerações sobre as instituições de educação profissional e tecnológica e sua relação com as diretrizes e orientações das políticas de internacionalização da educação profissional. Observou-se que a compreensão da internacionalização da educação profissional nas instituições exige a reflexão de uma multiplicidade de aspectos, tais como a contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas através das diretrizes dos organismos multilaterais e das várias culturas institucionais, dentre outros fatores.

Especificamente, no caso das instituições investigadas: CEETEPS, o IFSP e o IFSULDEMINAS, a análise preliminar demonstra que as ações de internacionalização da educação profissional no Brasil são recentes e, grosso modo, estão sendo desenvolvidas em conformidade com as propostas dos organismos multilaterais, a partir de princípios econômicos para viabilizar processos de cooperação internacional. Assim sendo, destaca-se um movimento nas três instituições pesquisadas para desenvolver órgãos administrativos e instrumentos de normatização da internacionalização da educação profissional, criação de várias iniciativas, de convênios e acordos, projetos, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: Informação e Documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

LE COADIC, Yves-françois. **Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. *In*: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ciências sem Fronteiras**. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 19 mar.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de EPT e resultado do GT de Política Educacional.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2018-pdf/87481-acoes-de-internacionalizacao/file>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Perfil e Histórico.** Disponível: <http://www.cps.sp.gov.br/perfil-e-historico/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Internacional.** Disponível em: <http://www.cps.sp.gov.br/internacional/>. Acesso em: 07 set. 2018.

DIAS, V. E. M. **A educação integrada e a profissionalização no ensino médio.** Tese de Doutorado. Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos: UFSCar, 2015.

FRIGOTTO, G. Ensino Médio e educação Profissional: a ruptura com o dualismo estrutural. *In:* CIAVATTA, M. (org.) **Gaudêncio Frigotto. Um intelectual crítico nos pequenos grandes embates.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

Portaria nº 1.151, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/portarias/category/569-2016.html?start=240>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Projeto de Desenvolvimento Institucional.** Pouso Alegre, 2018. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/historico-dos-pdis>

MOREIRA, A. F. B. Estudos de currículo: avanços e desafios no processo de internacionalização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo-SP, v. 39, n. 137, p. 367-381, maio/ago. 2009.

PACHECO, E. **Fundamentos Políticos Pedagógicos dos Institutos Federais.** Natal: Editora IFRN, 2015.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In:* SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas Públicas.** Brasília: ENAP, 2006.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde.** [online]. 2003, vol.1, n.1, pp.131-152. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>. p.131-152.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In:* HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

UNESCO. Establishment of an international long-term programme for the development of technical and vocational education following the second international congress on technical and vocational education (Seoul, Republic of Korea, april 1999), Paris, 1999. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117403>. Acesso em: 19 maio 2019.